

A “eficiência real”: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos.

Igor Gomes Santos: Mestrando em História Social UFF/ pesquisador do LABELU-UEFS.

Bolsista FAPESB.

santosig@uol.com.br

Este texto se propõe a debater alguns apontamentos de Gramsci sobre a possibilidade de reconstituição da história de partidos políticos. No caderno 13, ao fazer uma crítica a certos modelos de reconstituição da história de partidos políticos, Gramsci sugere uma proposta metodológica para realizar tal feito. Os apontamentos são valiosos para os historiadores desempenharem um outro tipo de história social dos partidos políticos. Ao invés das tão freqüentes histórias de partidos políticos que perseguem resoluções, teses, textos de polêmicas, etc., que mais configuram uma história das idéias, o italiano, sugere que a reconstituição deva ser feita na tentativa de realçar a relação entre partido e sua base; entre partido e outros partidos; entre os partidos e os movimentos sociais. Essa sugestão aparece na sua proposição de análise da “eficiência real” do partido. Dessa maneira, a nosso ver, a luta de classes é alçada ao seu papel principal e permite a aparição de novos sujeitos na história dos partidos políticos que, na maioria das vezes, ficam circunscrita apenas ao “estado maior” partidário.

A eficiência Real

Ao comentar o livro de Robert Michells¹, cientista político que no início do século XX teorizou a respeito da formação e do caráter dos grandes partidos de massa, Gramsci anotou em um dos seus cadernos alguns comentários preciosos e deu-lhe o caráter de metodologia de estudo e pesquisa para historiadores dos partidos políticos.

Michells desenvolveu a tese de que os partidos de massa, principalmente os Social-Democratas, oligarquizavam a sua direção, criavam chefes políticos, ao passo que cresciam suas estruturas internas, sua profissionalização e sua inserção no sistema

¹ Um dos livros que Gramsci tece acesso no cárcere e que comenta com maior oposição é MICHELIS, Robert. Il partito politico Lê tendenze oligarchiche della democrazia moderna. Turim, 1924. (Apud GRAMSCI(c), 2000: 389)

partidário eleitoral. Postos de comando se erigiam e deixavam as massas como expectadores das disputas internas. Formava-se assim uma espiral crescente, onde seus integrantes, para se manterem com relativa força dentro da estrutura partidária, tenderiam a unir-se a algum chefe partidário.

Para Gramsci, esse relato de Michells era realmente um grande problema na vida partidária, ao ponto do mesmo escrever em uma nota:

A burocracia é a força mais perigosa, é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa: se ela chega a se constituir como um corpo solidário voltado para si mesmo e independente da massa e do partido, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar (GRAMSCI, 2000 (c): 61 e 62)

Nota-se que o mesmo processo ganha outro nome: o que para Michells era oligarquização, chefiamento, para Gramsci, este tipo de acontecimento histórico era o burocratismo. Ainda que detectando aspectos parecidos, a mudança de nome tem um significado grande no que diz respeito à natureza do processo histórico que o gera, e suas conseqüências futuras.

A natureza da burocratização é social e determinada por acontecimentos que não estão atados apenas à vida partidária. Dessa postura deriva a crítica a Michells que, segundo Gramsci, leva em conta apenas aspectos internos e não avança na compreensão das contradições históricas impostas aos partidos.

“O que é a história de um partido político? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas das quais se forma o seu programa e sua concepção de mundo e vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos, e em alguns casos da biografia política de uma individualidade singular.” (GRAMSCI, 2000 (c): 87).

A resposta negativa antecede a proposição do que seria a história de um partido político: 1) deveria ser uma “história geral do país de um ponto de vista monográfico”, dessa forma, Gramsci nos indica o caminho clássico da historiografia marxista: trilhar a história dos partidos políticos é captar as classes sociais em movimento e em suas lutas constantes, o que nos leva ao ponto 2) A história de constituição e desenvolvimento de

um partido não se analisa apenas pelos seus estatutos, pelas suas disputas internas, pelos seus chefes, etc. Se se quer, verdadeiramente, trilhar a história de um partido político, deve se observar a sua “**eficiência real**”. No dizer de Gramsci, aquilo que foi capaz de construir, aquilo que não foi capaz ou o que foi, e não foi, capaz de destruir (idem). Essa interpretação alerta o historiador para a questão da luta de classes, e da relação do partido com a classe a qual está vinculado, já que, para Gramsci, todo partido é composto e organizado por classes sociais em disputa pela condução do poder político.

A sugestão implícita é de que a forma para se captar o real concreto e não somente o aparente – a representação imediata do concreto –, seria a de investigar as atuações dos partidos junto às organizações das classes sociais; quem combateu? Com que classe colaborou? O que se organizou à sua volta? Em que medida seu programa foi efetivado ou teve alcance entre os grupos sociais pretendidos? Qual o poder criativo deste partido?

Para a análise do partido político de um ponto de vista interno, Gramsci deixou isso a cargo do sectário “que se exaltará com os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de entusiasmo e mística.” (idem: 88)

Se a questão da “eficiência real” fosse encarada de maneira pragmática ou linear, poderia conduzir a uma perspectiva analítica limitada, reduzida a uma forma de analisar qual partido foi útil historicamente e qual não foi? Qual partido foi bem sucedido e qual não foi? Não é assim que entendemos o pensamento de Gramsci. Essa proposição tenta localizar a história de um partido vinculado diretamente à vida social. Tenta propor uma baliza metodológica para o historiador averiguar o alcance e veracidade real da “fantasia” pensada e do seu real efeito, isto é, a capacidade de transpor um programa, uma utopia friamente pensada no papel para “uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva” (Idem: 13, 14).

Documentos de proposições partidárias não necessariamente condizem com a realidade real das suas práticas. Principalmente em tempos de políticas de massas, de sufrágio universal, onde a hegemonia para ser exercida deve contar, ainda que passivamente, com demandas político-econômicas de classes que o partido pode não representar realmente.

Acontece, nessa operação, a substituição da prática historiográfica centralizada nas idéias políticas de uma dada instituição ou dos intelectuais e políticos dessa mesma instituição (partido político), por uma outra, centrada nos grupos sociais, na economia, nas instituições, como elementos construtores que desempenham papéis ativos na sociedade. A história da sociedade, a partir da escala de interesse do historiador, seja uma cidade, um bairro, um país, etc., é colocada como eixo circunstancial no fazer do historiador dos partidos políticos. Aquilo que se convencionou chamar de História Social² assume o lugar do tradicionalismo dos estudos da História Política e mesmo da História das Idéias.

Essa proposta está intimamente vinculada à concepção de partido em Gramsci. Ele mesmo nos afirma: “Desse modo, é a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser” (GRAMSCI (c), 2000: 87).

E já que um partido em Gramsci é sempre uma preparação de militantes para o exercício de uma vida estatal (escola de Estado), ou seja, o partido sempre entendido como formulador de resoluções políticas para o conjunto de uma dada sociedade, tendo como eixo de seu ativismo, a intenção de penetrar suas idéias entre as classes sociais realmente existentes para colocar-se como alternativa real de poder, é que os estudos das histórias dos partidos políticos devem ultrapassar as resoluções partidárias e investigar a eficácia real das contradições as quais se metem os partidos políticos nas lutas de classes que, mesmo quando simbólicas, conformam a realidade da totalidade social.

Gramsci eleva para o historiador – novamente implicitamente – a categoria da “praxis”, aquela em que a relação prática-teoria/teoria-prática é dotada de um sentido unívoco e condutor da reflexão e da atuação no mundo. Esta categoria tem o mérito de possibilitar uma análise única de dois momentos que são *didaticamente* distintos³: o da

² A história social como metodologia particular de prática historiográfica, assume, principalmente nos dias de hoje, múltiplas dimensões de objeto, temporalidade, escalas de análise. Mas seu surgimento, segundo Hobsbawm (1998: 84-88), é fruto de historiadores, alguns não acadêmicos, que se interessaram pela história dos subalternos (grupos de bandidos, grupos socialistas e anarquistas, trabalhadores pobres, etc.). Depois, reconheceu uma fase, principalmente na Alemanha, e um pouco no mundo anglo-saxônico, de ênfase nas culturas de grupos e sujeitos coletivos, mas bastante desvinculada da política. Ainda existia uma terceira corrente, que assumia uma vinculação direta da economia com a história. A meu ver a proposição de Ciro Cardoso (1983: 350), e também de Hobsbawm (idem), define bem a História Social: uma história de síntese entre as múltiplas práticas historiográficas (cultural, demográfica, política, etc.) com ênfase, sobretudo, nas classes sociais, levando em conta as determinações das relações sociais entre os sujeitos.

³ Pois, se operacionalizada como momentos separados deixa automaticamente de ser uma práxis.

elaboração; das discussões ideológicas internas; da concepção política de atuação e o da prática, aquela que converte o programa em “vontade coletiva”. A linha tênue dessa noção de práxis possibilita captar o momento de real eficiência daquilo que o partido programou criar ou destruir, sua capacidade de trilhar os meios táticos elaborados e a real eficiência dessa ação.

Essa noção tem o mérito, como já foi dito, de municiar o historiador para encontrar na reconstituição da história do partido político os movimentos das classes sociais, pois os partidos se constituem estreitamente relacionados com as classes sociais. Os partidos políticos são expressões das classes sociais, por isso, para contrariar Michells, deve-se, se quisermos percorrer a história de um partido político,

escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou os que criticou “realisticamente”, dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas. (idem: 87)

O caminho é socialmente inverso; das classes para o partido político e não, como apontava Michells, de que um dado formato partidário, automaticamente, produzia um efeito de produção/aceitação dos chefes nas massas.

Esta questão é muito importante para Gramsci tanto quanto para Marx (1979), ao ponto deles balizarem uma dupla concepção de partido político. Uma das concepções busca dar visibilidade ideológica e prática a formas não necessariamente institucionalizadas de organização das classes sociais. A outra busca abordar os formatos que os partidos adquiriram por obrigação das legislações burguesas, ou seja, o partido que conhecemos como tal, com direções, cargos, diretórios, etc.

Vale destacar, novamente, que em Gramsci, e em Marx, todo partido político remete-se a uma classe social. Isso não significa dizer que um partido político ao organizar uma expressão da vontade política da classe, não permita a absorção do seu discurso em elementos de outra classe. Ao contrário, esta deve ser a sua função, realizar um trabalho político que, ao se desvelar como embrião de alternativa de poder, expresse, mesmo que arbitrariamente, uma resolução para os grupos sociais envolvidos nas disputas de projetos políticos.

Desta forma, podemos ver, no *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1979), que Marx para demonstrar a organização política desenvolvida ao longo do processo que

desencadeou o *Coup d'Etat* de Luís Bonaparte em 1851, reconheceu uma organização política coesa e coerente que se moveu no sentido de aniquilar a força do proletariado: o “partido da ordem”. “Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerada como o partido da Anarquia, do socialismo, do comunismo” (Marx, 1979: 335).

Do lado oposto, unificado no partido do proletariado daquele momento, figurava o partido blanquista. Sabe-se que existiram diversas lideranças e projetos distintos na luta política do proletariado, mas Marx reconhece nos blanquistas a força maior de organização do proletariado parisiense, um maior “espírito de cisão” – para usar um termo que Gramsci toma emprestado de Sorel – por isso lhe atribui a denominação de partido político, mesmo que não adotasse o formato que conhecemos de partido político.

Um partido deve ser parte da classe, fazer parte da organização da Classe (aparelho privado de hegemonia). Assim, tanto para Marx quanto para Gramsci, um tipo qualquer de associação que tomasse parte de alguma ação política consciente, de organização de “vontades coletivas”, dotada de um princípio político invocador de um projeto de sociedade, pode ser encarado como partido político. No *Dezoito Brumário*, Marx, ao discutir as forças republicanas burguesas identifica “o Partido do National”⁴, como uma força política que lutou de uma maneira puramente republicana nos conflitos (Marx, 1979: 337).

Gramsci também afirmava esta possibilidade de um Jornal, ou outra forma de associação, ser encarado como partido político, principalmente na Itália, onde intelectuais se organizavam em torno de jornais e revistas para refletirem sobre a política nacional Italiana, como foi o caso do seu grande interlocutor, Benedetto Croce⁵. Assim, ele expressou em 1921, ainda em liberdade:

Uma **associação** pode ser chamada de “partido político” somente quando possui sua própria doutrina constitucional, quando consegue concretizar e divulgar sua própria noção da idéia de Estado, quando consegue concretizar e divulgar entre as massas um programa de governo, capaz de organizar praticamente – ou seja, condições

⁴ O National era um Jornal de idéias republicanas que circulava na França no período do Golpe de Bonaparte.

⁵ A vida política da Itália segundo revela Gramsci, principalmente, no livro 5 dos seus Cadernos do Cárcere, aponta para uma fragilidade da sociedade civil e uma dificuldade na organização de fortes aparelhos privados de hegemonia o que caracterizou a Itália como uma nação apta a revoluções pelo alto, ou a consorteira. Criou-se um ambiente político onde associações, revistas, jornais desenvolviam papel de verdadeiros partidos. Sobre a vida política na Itália e a inserção de Gramsci ver: (DIAS, 2000).

determinadas, com homens reais e não com fantasmas abstratos de humanidade – um Estado (GRAMSCI, 2004: 25).

Por outro lado, um partido formalmente existente pode não exercer nenhuma atividade de organização de “vontades coletivas” e não se constituir como parte ativa de certa classe, isto é, **pode não se constituir como partido político para as classes**. Os caminhos destes partidos podem vir a ser o transformismo ou o burocratismo, essências da concepção de partido político que tinha Michells.

O transformismo e o burocratismo mudam a concepção de classe, a visão de mundo dos partidos, portanto, a forma de um partido se relacionar com sua base partidária e não partidária, sua dependência dela; financeira, política, ideológica, etc. A sugestão de Gramsci nos parece muito mais eficiente na compreensão da história e da concepção de um partido político.

A “eficiência real” e a vida interna do partido

Tínhamos dito acima que Gramsci deixaria ao encargo dos sectários a análise dos fatos internos da vida partidária, mas a forma como militantes e dirigentes partidários se relacionam com o movimento real também faz parte dessa “eficiência real”. Ela determina e colabora naquilo que o partido se propõe a construir ou destruir. Desta maneira, ressalta-se também ao historiador, uma outra forma para praticar a pesquisa e desenvolver uma metodologia mais profícua. Nesta seção destacamos as análises que Gramsci fez de múltiplas formas de relacionamento entre direção e base, principalmente o movimento dialético entre intelectuais e massas (dialética intelectual-massa), isto é, a relação entre dirigentes e militantes partidários com os trabalhadores e o processo de fazer-se destes em dirigentes/militantes.

É importante relatar que a dialética intelectual-massa, não acontece dentro do partido apenas, para não repetir o erro de Michells. Ela acontece fora do partido e dentro dele ao mesmo tempo, ou seja, ela acontece de acordo com a capacidade que o partido político tem de estabelecer uma “linguagem comum” com as pessoas as quais o partido se propõe a dotar de uma visão de mundo. Isto se aplica ao formato da relação política entre base e partido, na consolidação de uma cultura política comum que, se socializada, passa a ser encarnada por ambos os setores, base e partido ou base partidária e direção partidária, numa relação em que todos se vêem como partes

importantes do mesmo processo. Este seria o momento de fundação de uma organicidade do partido entre as massas e vice-versa.

Os partidos políticos aparecem em Gramsci como o local onde as relações entre militantes do estado-maior do partido (dirigentes/intelectuais), deveriam atender continuamente um processo de formação política de indivíduos das classes sociais. Assim, evitar-se-ia um processo de burocratização e de sacralização das posições tomadas pelos dirigentes, o que não contribuiria para a vida política dos partidos e muito menos para uma nova sociedade.

Se, para Gramsci, o partido era uma escola de Estado e se “o espírito de partido, que é o elemento fundamental do espírito estatal, é uma das mais significativas teses a ser sustentada” (GRAMSCI(c), 2000: 328), o partido deveria realizar em suas ações iniciativas que visassem fortalecer um mesmo terreno cultural comum,

Uma linguagem comum, modos comuns de raciocínio entre pessoas que não são intelectuais profissionais, que ainda não adquiriram o hábito e a disciplina mental necessária para relacionar rapidamente conceitos aparentemente díspares, assim como, inversamente, para analisar rapidamente, decompor, intuir, descobrir diferenças essenciais entre conceitos aparentemente semelhantes (GRAMSCI (d), 2000: 337).

Não nos parece ser a intenção de Gramsci atribuir o mérito da direção somente àqueles que são intelectuais, como numa república de filósofos, mas de reconhecer que o sucesso de um novo bloco histórico (socialista) dependeria da capacidade da classe trabalhadora questionar e obter respostas no desenvolvimento de suas necessidades, evitando que o partido e, com efeito, o próprio Estado se enrijeçam na burocracia, ou em uma cúpula dirigente de quem o proletariado deveria esperar sua condução, como uma espécie de guia.

Dessa forma, para um Partido ter uma vida durável, mesmo em condições adversas, seria necessário a relação entre três elementos da vida partidária:

“1) Um elemento difuso comum, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. [Que] sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria ‘somente’ com eles(...). 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, (...) este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isso mesmo) inventiva (...). Também é

verdade que, por si só, este elemento não formaria o partido, mas poderia servir para formulá-lo mais do que o primeiro(...) 3) um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento que os ponha não só em contato físico, mas moral e intelectual. (Gramsci (c), 2000: 316-317)

A diferenciação de elementos no partido não deve ser concebida como estrutural, nem como uma espécie de funcionalismo hierárquico das posições, de funções, ou de prestígio. O elemento médio (3) teria, no partido pensado por Gramsci, a principal função na manutenção da vida do partido. Além de ser o elemento que, em processo contínuo de exercício da política, da prática militante, adquire representatividade e maturidade intelectual para fazer-se dirigente (elemento 2). Este também é o elemento que põe em contato as atividades formuladas teoricamente no partido com as “paixões” das massas, elevando a sua consciência e proporcionando uma expansão do elemento médio entre as massas. Este é o princípio básico da vida – interna e externa ao mesmo tempo – de um partido para Gramsci (idem).

A teoria gramsciana permite aos historiadores analisar como se estabelece a relação entre o partido e a classe, seus intelectuais e a massa da população. A dinâmica do partido é sempre pensada como organização em sentido amplo e não, simplesmente, como entidade administrativa. No caso de um partido de trabalhadores, socialista ou revolucionário, trata-se de verificar que tipo de organicidade interna predomina, como o partido formula e difunde seus componentes programáticos, como age no sentido da reprodução tanto de suas modalidades organizativas quanto de sua ideologia entre seus integrantes, assim como na sua difusão mais ampla, com o objetivo de expandir-se (aglutinar em torno de si mais setores populares) e de constituir uma efetiva visão de mundo comum aos diversos setores populares. Caso tal aglutinação não ocorra, a vida partidária se internaliza e a “eficiência real” fica comprometida.

Conclusão

Podemos perceber que a forma de narrar a vida de um partido político, para o intelectual italiano, está diretamente vinculada a sua concepção de partido: democrático, de massa, mas sem se recusar a formar seus quadros de vanguarda, aliás, vindos da massa da população, não burocrático nem autoritário e com um papel de destaque nas lutas dos subalternizados. Esse era o partido que ele queria para dirigir as

lutas do proletariado, e a sua metodologia de estudo avassala qualquer tipo de falsa pretensão **formal** de colocar-se, historicamente, no lugar dessa necessidade **real**. Gramsci, falecido há 70 anos, tem muito a nos dizer. A “eficiência real” de sua teoria parece-nos um desafio que se coloca de forma urgente para a “eficiência real” das lutas de classes no Brasil.

Referências

CARDOSO, C. F. BRIGNOLI, H. P. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DIAS, E. F. *Gramsci em Turim. A construção do Conceito de Hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, A. *Cadernos dos Cárceres*. Vols. 2(b), 3(c), 4(d). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Escritos Políticos*. vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

_____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HOBSBAWM, Eric. *Da história social à história da sociedade*. São paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. O dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: GIANNOTTI, J. A. (org). *Coleção Os Pensadores. Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.